

**Um marco na indústria sacarina:
a influência da Sociedade Nacional da Agricultura na formulação de uma política
açucareira nos primeiros anos da Primeira República**

ROBERTA BARROS MEIRA¹

As crises dos preços no final do século XIX impuseram aos agricultores brasileiros, a necessidade de discutir os seus principais problemas e encontrar soluções. As elaborações de planos que contemplassem os interesses dos diversos setores agrícolas levaria a ampliação dos congressos e conferências como uma forma de organizar os representantes da lavoura, fossem eles do núcleo dominante, cafeicultores, ou dos setores secundários da agricultura brasileira.

Estas ações emanaram muitas vezes em consonância com as práticas europeias, tanto em relação aos vários congressos internacionais organizados no período tanto no que tange ao associativismo europeu, um dos principais movimentos gerado pela crise mundial dos preços agrícolas na década de 90, do século XIX. O princípio da solidariedade foi considerado em muitos países a solução para organizar os interesses e enfrentamentos agrícolas.² A consubstanciação dessas idéias com a realidade brasileira manteve, inexorável, o objetivo de agregar a dispersa e isolada população rural, mesmo que se pensasse aqui em termos dos grandes, médios e pequenos produtores. Assim, seria incessantemente discutida nos congressos agrícolas como uma salvação para a “crise” da lavoura.

Mas não era exatamente este o principal objetivo dos seus defensores no Brasil. Conquanto as bases fossem as mesmas do movimento europeu, buscava-se, adequar o associativismo a necessidade sentida de modernizar a produção agrícola, racionalizar tanto a sua parte produtiva quanto comercial e, principalmente, arregimentar uma mão-

¹ Doutoranda em História Econômica pela USP e bolsista da Fapesp

²As cooperativas rurais, espontaneamente organizadas por pequenos produtores, tiveram o seu apogeu na Europa entre 1890-1910 e foi uma forma de neutralizar as pressões sociais do período. MENDONÇA, Sonia Regina. O ruralismo brasileiro (1888 - 1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

de-obra livre no pós-abolição, de forma que não houvesse mudanças na estrutura social.³

Nos países cultos da Europa é isso uma verdade sem controvérsia, grandes esforços, muitas dedicações se têm empenhado para firmar e desenvolver a união dos agricultores sob a forma de sindicatos agrícolas e os efeitos, quer para o bem público, quer quanto à prosperidade, prestígio e força da lavoura.⁴

No mais, compreendendo-se que não seria fácil disputar com os comerciantes, chamados dentre outros adjetivos de “especuladores” e “parasitas” pelos proprietários rurais. O associativismo vinha de encontro então a necessidade de arregimentar os produtores em torno de cooperativas, associações e clubes agrícolas que possibilitassem a comercialização dos produtos pelos próprios produtores, eliminando assim a figura do intermediador.

Com o desenvolvimento das culturas e concorrência internacional reduziu-se a margem de lucros nos preços de venda dos produtos; ele, porém, continuou a manter a mesma forma de comércio intermediário, o qual, por instinto de conservação, multiplicou seus artifícios de ganho que insensivelmente degeneraram no mais esgotante parasitismo da lavoura⁵

Naturalmente, os baixos preços e as oscilações constantes contribuíram em muito para esta postura. Durante todo o período da Primeira República, várias tentativas foram feitas pelos produtores do Rio de Janeiro e do Nordeste do país sem resultados satisfatórios. Não cabe aqui discutir as razões que levaram a este quadro, mas apontar as tentativas de organização criadas em torno de interesses comuns, posto que os próprios agricultores enfatizam o isolamento dos fazendeiros e a dificuldade de organizá-los. Pesa-se, ademais, as diferenças regionais, se considerarmos que o Nordeste transformasse com o perda do mercado externo, no fornecedor da região Sudeste,

³ Deve ser levada em conta, a preocupação com a questão da mão-de-obra já no congresso agrícola de 1878. Como aponta Eisenberg, essa foi uma das questões mais discutidas nas últimas décadas do Império. EISENBERG, Peter Lous. “A mentalidade dos fazendeiros no Congresso agrícola de 1878” In: J. R. do A. Lapa, Modos de produção e Realidade Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.

⁴ SOCIEDADE NACIONAL da AGRICULTURA. Anais do Congresso Nacional de Agricultura instalado a 20 de setembro de 1901 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 90.

⁵ Fala Emmanuel Couret. Ibid, p. 60.

Acrescenta-se a esta preocupação, a crise de preços enfrentada pela agricultura brasileira, que também atingiria o seu principal produto na pauta de exportações. Os meios práticos e urgentes de atenuar a crise da lavoura de cana são a supressão dos intermediários entre a produção e o consumo pela instituição de sindicatos agrícolas com direitos e responsabilidades solidários, fazendo eles o papel de prestamistas a longos prazos e moderados juros para com seus associados; a emissão de letras hipotecárias, warrants, etc.⁶

Exacerbava-se assim, a necessidade de agremiarem-se os produtores para imporem a defesa dos seus interesses comuns. Nada mais ilustrativo da busca de agremiação destes interesses coletivos, do que a formação da Sociedade Nacional da Agricultura, em 16 de janeiro de 1897. Uma fração dos setores agrícolas não cafeeiros não teve alternativa senão criar uma Sociedade para representá-los, principalmente se levarmos em conta a extinção do Ministério da Agricultura, com a fundação da República, e a existência de associações agrícolas somente no âmbito regional, como a Sociedade Campista de Agricultura (1834), a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (1870), dentre outras.

Decorrente dos comícios rurais, das assembléias agrícolas e das exposições e manifestações esparsas dos agricultores, a Sociedade Nacional da Agricultura poderia ser definida como um centro disseminador das idéias de modernização agrícola, defendida pelos chamados “agricultores progressistas”, como percebemos na fala de um dos seus presidentes Wencesláo Bello^{7,8}.

“A sociedade despertou a consciência da agricultura como classe. Dantes era ela a disseminação egoística ou o ajuntamento acidental efêmero; hoje, sugestionada pela afinidade dos interesses coletivos, propende acentuadamente para a associação e para o cooperativismo definitivo.”

A evolução destas idéias ao ponto de formar um plano de ação, elaborado em torno de questões que vigorariam durante toda a Primeira República, foi estruturado no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura. Releva notar que estas questões teriam

⁶ Ibid.

⁷ presidente da SNA entre 1905-1911

⁸ A lavoura. Boletim da Sociedade Nacional da Agricultura, 1908, p. 6.

uma relevância até nos embates pós-30. Estes pontos foram afetados, como não poderia deixar de ser, pela conjuntura anterior do Império e os apontamentos já levantados no Congresso Agrícola de 1878. Para Miguel Calmon Du Pin e Almeida⁹, que foi um ativo colaborador da Associação, os pontos mais importantes defendidos pela SNA foram: fim dos impostos interestaduais, a defesa da formação de sindicatos agrícolas e cooperativas, a propaganda do álcool, a criação do Ministério da Agricultura e a policultura.

Acredito que esta exposição inicial foi suficiente para dar uma idéia do estado de coisas que clarificam o entendimento do conjunto de posições e atitudes características aos agricultores, mas especificamente os usineiros, objeto principal da nossa pesquisa.

Ademais, ao considerarmos o processo de diversificação almejado pela SNA, contrária a monocultura do café, percebe-se a influência direta dos representantes da indústria açucareira, posto que levavam em conta a necessidade de arregimentar um maior auxílio estatal para a sua recuperação. A sua atuação consubstanciam-se com as próprias vitórias da SNA, já que dos onze ministros do MAIC¹⁰ (1909-1930) três eram usineiros, todos eles membros da Sociedade, tendo sido Miguel Calmon Du Pin e Almeida, um dos seus presidentes.

Segundo o próprio Miguel Calmon, a situação da indústria açucareira em 1901 era de completa ruína¹¹, “*sendo que talvez a produção não pudesse manter-se, sequer, para o mercado interno*”. Para ele, teria sido possível uma reação, calcada nos princípios da solidariedade, depois do Primeiro Congresso Nacional da Agricultura. Outrossim, através da realização freqüente de congressos que discutissem a produção açucareira, irradiaram-se idéias de união dos produtores contra a ação dos comerciantes “especuladores”, a defesa de políticas agrícolas, de criação de bancos de crédito regionais e a necessidade de melhorar as técnicas de produção tanto da lavoura quanto da fábrica.

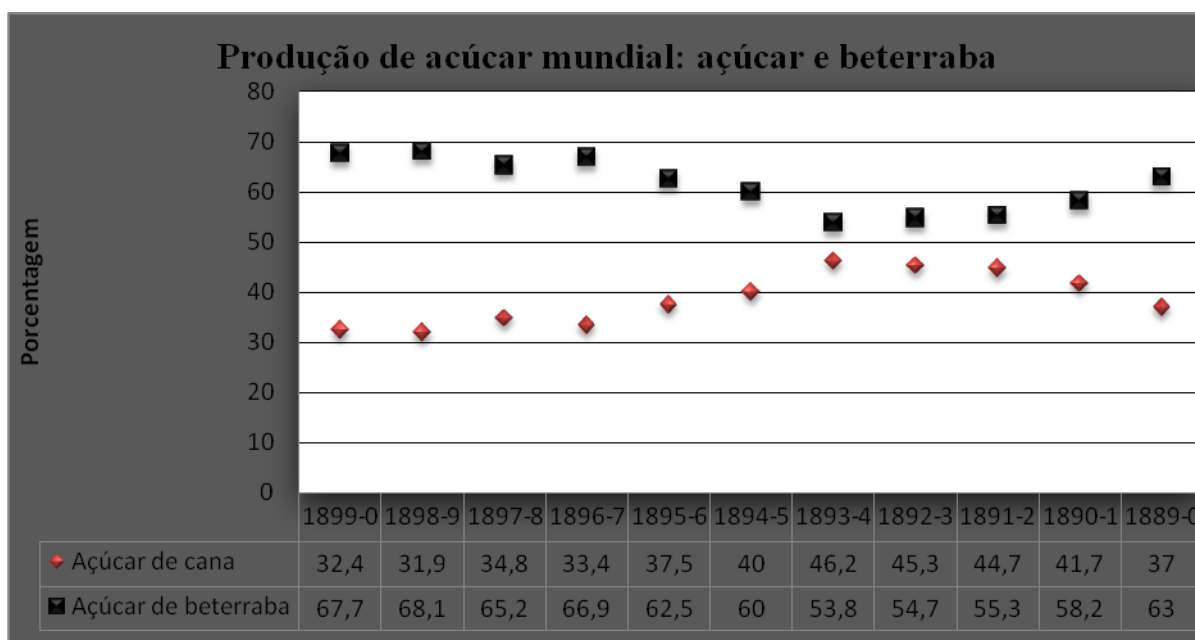
⁹Almeida, Miguel Calmon Du Pin e. Factos econômicos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1913, p. 254.

¹⁰ A SNA foi uma das principais responsáveis pela recriação do MAIC.

¹¹ Para que se possa avaliar os efeitos da crise de 1901 no mercado mundial de açúcar ver GUYOT, Ives. The Sugar Question in 1901 london: Hugh Press, 1901.

A reação dos produtores de açúcar brasileiros possuía uma vinculação direta com a conjuntura internacional. Um exemplo seria a celeridade do desenvolvimento da indústria açucareira em vários países antes importadores de açúcar, e que passaram progressivamente da auto-suficiência para a exportação, muitas vezes até com concessão de prêmios, como no caso da Argentina. Soma-se, o grande incremento da produção de açúcar de beterraba, impulsionados pelo aperfeiçoamento continua das usinas de açúcar européia, e teremos a formação de uma crise de superprodução mundial.

Nota-se que o açúcar brasileiro não era o único a sofrer com a oscilação e baixa nos preços no comércio mundial, em um período de inovações de uma rapidez ainda desconhecida nos anos anteriores, os produtores de açúcar do Brasil poderiam alegar que estavam defasados tecnologicamente tanto quando comparados aos países produtores do açúcar de beterraba como em relação aos grandes fornecedores de açúcar de cana, como Cuba.



Fonte: SOCIEDADE NACIONAL da AGRICULTURA. Anais do Congresso Nacional de Agricultura instalado a 20 de setembro de 1901 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 35

Ao analisarmos o gráfico, temos uma nítida idéia do aumento da produção do açúcar de beterraba em detrimento do açúcar de cana. Certo é que, por um tempo, os produtores de açúcar de cana apregoaram a superioridade da cana-de-açúcar em detrimento da beterraba. No entanto, com o avanço técnico e o considerável desenvolvimento do açúcar de beterraba, a superioridade da cana já não poderia ser considerada uma vantagem. Demais, a concorrência mundial cada vez mais exacerbada levaria os países europeus a sustentarem a sua indústria de açúcar de beterraba com prêmios de exportação.

Nem na Europa nem nos Estados Unidos, os produtores de açúcar brasileiros encontravam um mercado seguro. Esta questão, levantada frequentemente por homens que se ligavam diretamente a indústria sacarina, apontava que ou o país recuperava o mercado externo ou restringia-se ao interno. É preciso que se tenha em conta que o traço marcante da Primeira República foram índices que mostravam que o açúcar produzido era quase todo consumido no Brasil, sendo que, apenas o excesso era exportado, uma vez que, não seria razoável, neste período, esperar que o consumo interno absorvesse toda a produção. Ademais, nunca foi uma alternativa levantada pelos produtores de açúcar perder o mercado externo. Ao mesmo tempo em que se estabelecia uma luta cada vez mais acirrada pelo consumidor nacional entre os estados produtores, tentava-se restabelecer os pressupostos da ordem vigente dos áureos tempos do açúcar brasileiro, ou seja, a retomada do mercado externo faria cintilar ainda por um bom tempo os olhos dos produtores brasileiros, ainda mais se lembrarmos que a Primeira República foi impulsionada pelas exportações durante a Primeira Guerra Mundial.



Fonte: A lavoura. Boletim da Sociedade Nacional da Agricultura, 1911, p. 264.

A percepção de que só a adoção dos avanços técnicos tanto na parte fabril como na lavoura poderia conduzir o Brasil ao mesmo estágio de países como Cuba e França, se fez presente em quase todas as falas dos congressistas no primeiro Congresso Nacional de Agricultura e nos que se seguiram. Caberia dar-se toda a atenção a fala de Paulo de Amorim Salgado¹², principalmente pela sua atuação constante na organização de congressos e conferências que debatessem a questão açucareira. Uma análise da sua apresentação no Primeiro Congresso Nacional da Agricultura, denominada “monografia sobre o aperfeiçoamento da cultura da cana de açúcar tendo em vista a sua riqueza sacarina” apontam para uma preocupação maior com a cultura da cana. Em um período em que as inovações técnicas introduzidas ainda concentravam-se na parte fabril, a sua fala inclinou-se acentuadamente para as melhorias na lavoura.

A idéia esposada por Paulo de Amorim Salgado ia de encontro à própria oposição gerada pela defesa de que os métodos de cultivo anteriores eram atrasados. Gerava-se uma oposição entre a chamada “lavoura vampira” em detrimento de uma nova agricultura, racional e moderna. Para ele, as vicissitudes da lavoura, os problemas de mão-de-obra gerados pelo abolicionismo, as moléstias da cana-de-açúcar e o

¹² Usineiro, presidente do estado de Pernambuco, presidente da conferência açucareira da Bahia, organizador conferência açucareira Recife. Ele seria descrito posteriormente na Revista Brasil Açucareiro, como um adiantado senhor de engenho da época.

insucesso dos engenhos centrais, levaram o agricultor a “*continuar no empirismo dos velhos processos culturais há muito condenados pelos princípios científicos*”.

Estas sugestões se constituem em peças descritivas da mentalidade do período. A solução, neste caso, estava em renovar a lavoura e tirar o agricultor da rotina. Para isto, uma atuação mais ativa do estado era reclamada.¹³ Um dos problemas do país, para ele, seria a falta de institutos agrícolas e estações agronômicas que abundam nas colônias inglesas e francesas e nos Estados Unidos, fundamentais para o melhoramento das canas e fim das pragas.

Ocorre que, a indústria açucareira no Brasil, despojada por muito tempo de melhoramentos no cultivo da cana, veria o sucesso dos avanços na extração e qualidade da sacarose da beterraba e as pesquisas do melhoramento nas variedades da cana-de-açúcar nas colônias espanholas, inglesas e francesas como uma amostra da desvantagem do açúcar brasileiro. Outra alternativa não teriam senão adotar a mesma postura destes países concorrentes e para isto cobravam do Governo, a criação de institutos agronômicas, fazendas modelos, escolas práticas, etc. Esta concepção que formularia as futuras demandas políticas dos produtores de açúcar, fica patente já na fala do engenheiro Augusto Milet, gerente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco

“Os países intertrópicos precisam, para salvarem-se, que a cana, imitando o que se deu com a beterraba, aumente até duplicá-la, a proporção da sacarose, que ainda hoje é a mesma apresentada há uns 200 ou 300 anos; para conseguir este resultado, os processos culturais tão importantes e a natureza não nos oferecem outro meio senão a reprodução sexual, isto é, por meio de sementes fecundadas, da própria cana, que, em virtude da lei de hereditariedade e da variação, produziram variedades, às quais aplicar-se-há a seleção. Desconhecida até bem pouco tempo, a possibilidade de obter das minúsculas sementes de flecha a reprodução da cana não é mais sujeita a dúvidas, e nesta metade última do século XIX, as ilhas Barbados, Guadalupe e Martinica têm presenciado tentames deste gênero seguidos o mais favorável êxito”¹⁴

¹³ Paulo Amorim Salgado descreve a sua atuação quando Presidente do estado de Pernambuco no melhoramento das variedades de cana através do uso da flecha, como um exemplo a ser seguido.

¹⁴ SOCIEDADE NACIONAL da AGRICULTURA. Anais do Congresso Nacional de Agricultura instalado a 20 de setembro de 1901 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

Convém observar que os diversos autores que trataram da questão apontam que nos métodos de plantio não se observava os princípios agronômicos modernos, como: arar o terreno, respeitar o espaçamento adequado entre as fileiras da cana, a época certa para o corte, a necessidade de irrigação ou drenagem dependendo do terreno e da região, a utilização de adubos nas terras já cansadas, etc. Assim, ao mesmo tempo que se estabelecia os pressupostos da moderna agricultura no Brasil, buscava-se propagá-la entre os agricultores ainda presos aos velhos métodos de cultivo e a “rotina”. Nesse sentido, o congresso recomendava: escolha da variedade da cana a plantar; seleção da semente para o plantio, estrumação, irrigação dos canaviais e que as fábricas de açúcar não deveriam mais comprar essa matéria-prima por peso bruto, senão pelo peso em açúcar.

Usava-se à exaustão a defesa dos avanços científicos como a forma de produzir mais e diminuir os custos da produção. É preciso, contudo, não levar em consideração apenas a necessidade dos produtores de açúcar em exportar o excesso da produção ou recuperar parte do mercado externo, mas a própria ideologia do “progresso”. A agricultura deixaria de ser, de modo geral, um domínio dos “homens da terra”, é sim, dos “homens da ciência”- químicos, agrônomos, engenheiros e dos chamados “agricultores progressistas”, paladinos dessa “agricultura moderna”. Nada é mais ilustrativo do que a constante menção entre a disparidade entre a agricultura brasileira e a estrangeira.

Nos países onde a agricultura é bastante adiantada pelo benéfico influxo da ciência que, derruindo velhos preconceitos, fez desaparecer condenados processos que a rotina teima em conservar; nos países onde a cultura da terra é feita de acordo com as lições da ciência e subordina-se as regras e ditames da economia rural, o objetivo principal do agricultor, é produzir muito e bem, com o menor emprego de capitais, em menor lapso de tempo e com menos trabalho possível, ou por outra, produzir muito barato.¹⁵

¹⁵ Apud.,p. 16

Ocorre que as reações nacionais de restauração da indústria sacarina são plausíveis, se pensarmos que todo uma região do país dependia deste produto, além de ser representativo em outras regiões, como Campos no Rio de Janeiro. Esta reação que parte dos próprios agricultores, busca a superação de uma crise que ameaçava aniquilar o setor, reduzi-lo ao mercado interno, o que seria para estes produtores, inadmissível. A superioridade das terras, da riqueza sacarina da cana-de-açúcar, o clima, proclamados sempre como a maior vantagem do açúcar brasileiro, vinham de encontro a defesa dos investimentos neste setor, seja pelo estado ou pelos próprios agricultores, como aponta Emmanuel Couret, representante da lavoura de Campos

Eu creio absolutamente no futuro da lavoura de cana no Brasil e estou convencido que no dia em que ela for praticada com os conhecimentos científicos; no dia em que o fabrico se der com as máquinas que existem mais aperfeiçoadas, o açúcar de cana no Brasil irá ocorrer com vantagens nos mercados dos países da Europa que procurem esse artigo, cuja indústria é sustentada por prêmios e favores governamentais. Para chegarmos a esse fim é preciso não só acudir de pronto à nossa lavoura que agoniza como conhecer-lhe os meios de gradual, mas seguramente operar as transformações precisas.¹⁶

Contrastando com a situação precedente, de parcos e pontuais avanços técnicos, feitos por alguns fazendeiros mais abastados e inovadores, o período entre o final do Império e a Primeira República seria um marco na agricultura brasileira. A percepção de que só o aprimoramento dos métodos de cultivo e a melhoria do maquinário nas fábricas poderiam reerguer a agricultura brasileira e a indústria sacarina, levou ao desenvolvimento de todo um plano de ação dos chamados “agricultores progressistas”. Algumas medidas foram postas em prática no momento, outras foram parcialmente adotadas ou adotadas posteriormente. Enfim, caberia dar-se toda a atenção a esse momento ímpar para entendermos os rumos tomados pela agricultura e pela lavoura sacarina neste momento.

¹⁶ Apud.

Bibliografia

A lavoura. Boletim da Sociedade Nacional da Agricultura, 1908 e 1911.

Almeida, Miguel Calmon Du Pin e. Factos econômicos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1913

EISENBERG, Peter Lous. “A mentalidade dos fazendeiros no Congresso agrícola de 1878” In: J. R. do A. Lapa, Modos de produção e Realidade Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.

GUYOT, Ives. The Sugar Question in 1901 london: Hugh Press, 1901

MENDONÇA, Sonia Regina. O ruralismo brasileiro (1888 - 1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

SOCIEDADE NACIONAL da AGRICULTURA. Anais do Congresso Nacional de Agricultura instalado a 20 de setembro de 1901 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907